



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PGEA Nº 1.25.000.007334/2026-27**

SUMÁRIO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	6
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	8
5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	10
6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	13
7. RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO	14
8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	14
OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	14
OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	15
10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	19
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
APÊNDICE A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS	24
APÊNDICE B – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	25
APÊNDICE C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS	29
APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE VISTORIA	30
APÊNDICE E – ORÇAMENTO	31

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica, neste documento também denominada CONTRATADA, especializada para prestação de serviços de demolição de calçada existente, remoção e destinação adequada de entulhos, obtenção de licenças e execução de calçamento novo em passeio em frente ao terreno de posse do Ministério Público da União em Maringá/PR, visando mitigar riscos à segurança, garantir a salubridade do local e preservar o patrimônio público, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus apêndices.

1.1.1. Os serviços incluem, mas não se limitam a, demolição mecanizada de passeio existente, execução de calçamento novo e recuperação de calçamento existente, gestão ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil (incluindo PGRCC e MTR) e emissão de ART para os serviços realizados;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1.1.2. O Ramo de Atividade predominante desta contratação, com base no catálogo de serviços – CATSER, é 30300 – Obras Civas – de calçadas, passeios e vias de pedestres.

a) O(s) item(ns) objeto desta contratação não consta(m) no Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal do Compras do Governo Federal (PNCP).

1.2. Os fornecedores interessados poderão participar em um único item desta contratação.

1.3. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:** conforme disposto no Capítulo 3 deste Termo de Referência.

1.4. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO** – o **valor total máximo estimado** desta contratação e para a aceitação da proposta está previsto na tabela abaixo, devendo o fornecedor vencedor apresentar sua proposta ajustando seu valor ao máximo aceitável, sob pena de desclassificação, caso não adéque sua proposta.

1.5. O preço ofertado deverá ser final e nele deverão estar compreendidos todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto, tais como e sem se limitar a: tributos; embalagem; frete; mão de obra, materiais e equipamentos; passagens; diárias; refeições; salários; honorários; encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e lucro.

1.6. Em caso de divergência entre as especificações dos materiais/serviços indicados no Sistema Compras.gov.br e as constantes neste Termo de Referência, prevalecerá estas últimas.

1.7. Possíveis inconsistências, falhas ou incorreções na especificação do objeto deverão ser alegadas no momento oportuno, não podendo constituir pretexto para a fornecedora cobrar valores extras e/ou alterar a composição de preço.

1.8. **VALIDADE DA PROPOSTA** – toda proposta apresentada será considerada com prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, salvo se da mesma constar prazo superior, que prevalecerá.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

ITEM 1				
Local de Execução do objeto: Faixa de passeio do imóvel público em Maringá/PR, situado na esquina das ruas Ponta Grossa e Av. Gastão Vidigal, Tel. (44) 3221-5800 prpr-maringa@mpf.mp.br Tel. (41) 3219-8917 prpr-dea@mpf.mp.br				
SUB-ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO * QTDE (R\$)
1.1	Prestação de serviços de demolição de calçamento existente, remoção e destinação adequada de entulhos, execução de calçamento, execução de recomposição de calçamento danificado em ruas ao redor do terreno de posse do Ministério Público da União em Maringá/PR	1	75.919,60	75.919,60
VALOR TOTAL ESTIMADO =>				75.919,60

1.9. O PRAZO DE VIGÊNCIA da CONTRATAÇÃO é de 06 (seis) meses contados do recebimento da nota de empenho.

1.9.1. O prazo de vigência da contratação será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado na contratação, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

1.9.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a)** a CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas;
- b)** a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.10. PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO – o serviço deverá ser executado no **prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data indicada em ORDEM DE SERVIÇO emitida pela CONTRATANTE e encaminhada ao e-mail indicado na proposta da empresa vencedora**, com exceção de situações devidamente justificadas pela CONTRATADA e aceitas pela CONTRATANTE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

1.10.1. O serviço deverá ser agendado, previamente, com a unidade, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h, horário de Brasília, por meio dos e-mails ou telefones indicados nas tabelas acima;

1.10.2. Os serviços serão executados na faixa de passeio do imóvel público em Maringá/PR, situado na esquina das ruas Ponta Grossa e Av. Gastão Vidigal, conforme indicado no Caderno de Especificações e Encargos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. As referências legais para a presente contratação são, pelo menos, as referidas abaixo, ficando também condicionada a contratação à legislação correlata relacionada ao objeto:

- a) Lei 14.133/2021;
- b) Lei Complementar nº 123/2006, atualizada;
- c) Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025 (Atualiza os valores estabelecidos na Lei 14.133/2021);
- d) Decreto nº 8.538/2015;
- e) Decreto nº 9.507/2018, de 21/9/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União
- f) Portaria PGR/MPU nº 148/2022 (dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, no âmbito do Ministério Público da União);
- g) Portaria PGR/MPU nº 100/2023 (regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União);
- h) Portaria PGR/MPU nº 28/2023 (regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispondo sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União);
- i) Portaria PGR/MPF nº 290/2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal.
- j) Guia de Contratações Sustentáveis do MPF de 2016, que visa a melhoria contínua da qualidade nas contratações e aquisições do órgão;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

k) Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e seu regulamento, Decreto nº 10.936/2022;

l) Resolução CONAMA nº 307/2002 (e alterações posteriores) sobre gestão de resíduos da construção civil;

m) Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos, ruídos e outros critérios ambientais, conforme aplicável.

2.1.2. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO – A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

2.1.3. A contratação será firmada por meio de nota de empenho (art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021, e art. 27, inc. I, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022), encaminhada pela CONTRATANTE no **e-mail informado na proposta da empresa vencedora**, conforme previsto nas obrigações da CONTRATADA, sendo todas as despesas relativas ao transporte, entrega e instalação dos bens adquiridos, se for o caso, às expensas, exclusivamente, da CONTRATADA.

a) Por força da Lei nº 10.522/2022 (art. 6º e 6-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, será procedida consulta da empresa ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **CADIN**, sendo que a existência de registro no **CADIN** constitui fator impeditivo para a contratação.

2.1.4. Em observância ao artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021, a aplicam-se à esta dispensa as disposições de tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, incluindo o direito de preferência em caso de empate ficto e prazo adicional para regularização fiscal.

2.1.5. Dado o seu caráter emergencial, objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual [2026] da unidade, porém, no decorrer da instrução da contratação, será solicitada a inclusão.

2.1.6. O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

2.1.7. MÉTODO ADOTADO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO – elaboração de orçamento utilizando como base os preços referenciais SINAPI PARANÁ (mês 02/2026).

2.1.8. Participação em Consórcio – Na presente contratação, não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

demonstra que existem empresas especializadas na realização deste objeto, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

2.2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. O imóvel público em questão, de posse do Ministério Público da União em Maringá /PR, é um terreno de esquina, vazio, cercado e a manutenção do passeio nas testadas do terreno é de responsabilidade do proprietário do imóvel.

2.2.2. Na data de 07/01/2026, foi emitida pela Prefeitura Municipal de Maringá um auto de infração para adequação do passeio, dentro das normas vigentes, para toda a área da testada do terreno em frente à Av. Gastão Vidigal.

2.2.3. A contratação dos serviços de demolição de calçamento existente, remoção e destinação adequada de entulhos, execução de calçamento e execução de recomposição de calçamento danificado é fundamental para garantir a segurança pública, a salubridade do local e a proteção do patrimônio público, atendendo aos princípios da eficiência administrativa, da sustentabilidade ambiental e da valorização do imóvel pela União.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

3.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, c/c inc. I, art. 3º, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022.

3.2. O **critério de julgamento** adotado será o **maior desconto** e o **regime de execução** do contrato será o de empreitada por preço global.

3.3. O **critério de aceitabilidade** de preços será o **VALOR TOTAL ESTIMADO DO ITEM**. A **proposta vencedora** será, então, a de **menor valor total do item**, desde que igual ou inferior ao **valor total máximo** definido para o **item**.

3.4. Encerrada a etapa de lances no sistema eletrônico, o agente da contratação convocará o fornecedor melhor classificado para envio da proposta ajustada ao último lance ou valor negociado conforme – Modelo de Proposta de Preços disponível no APÊNDICE B deste Termo de Referência, acompanhada da planilha de custos e formação de preços disponibilizada no Anexo II do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026.

3.5. O **critério de julgamento** adotado será o **maior desconto** ofertado pelo fornecedor, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência. A **proposta vencedora** será a de **menor valor total do item**, desde que igual ou inferior ao **valor total máximo** definido para o **item**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

3.6. Sugere-se o percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) como intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

3.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

3.8. Habilitação jurídica – conforme previsto no **Aviso de Contratação Direta nº 200053-17/2026**;

3.9. Habilitação fiscal, social e trabalhista (SICAF) – conforme previsto no **Aviso de Contratação Direta nº 200053-17/2026**.

3.10. **Qualificação técnica:**

3.10.1. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS, conforme modelo do APÊNDICE C deste Termo de Referência, assinada pelo responsável técnico ou representante legal da empresa interessada, sob as penas da lei;

a) Caso a empresa interessada tenha interesse em realizar vistoria ao local da prestação dos serviços, vide informações constantes no subitem 5.5 da Seção 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO deste Termo de Referência.

3.10.2. DECLARAÇÃO DE VISITA (opcional), conforme modelo do APÊNDICE D deste Termo de Referência, somente se a empresa interessada realizou visita técnica no local de execução dos serviços. Observação: se, por qualquer motivo, a referida declaração de visita técnica não acompanhar a documentação, será considerada, se houver, a segunda via em poder da CONTRATANTE.

3.10.3. Capacitação técnico-operacional: prova de experiência anterior, por meio de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a empresa interessada tenha executado serviço compatível com o objeto desta contratação.

3.10.4. Prova de inscrição ou registro da empresa interessada e de seu(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou Conselho de arquitetura e urbanismo – CAU, que comprove o registro da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade.

3.10.5. Capacitação técnico-profissional: comprovação de que a empresa possui em seu quadro de funcionários, na data fixada para a entrega da proposta, profissional



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

habilitado no CREA ou CAU para atuar como responsável técnico pela execução de serviço objeto desta contratação.

a) A comprovação de vínculo do profissional com a empresa interessada poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

a.1. No caso de existência de vínculo empregatício: cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas em que constem o número de registro, a qualificação civil e o contrato de trabalho; ou CTPS digital, ou ficha de registro de empregado, em frente e verso;

a.2. No caso de existência de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

a.3. No caso de tratar-se de profissional autônomo:

a.3.1. Certidão de Registro da licitante no CREA ou CAU ao qual está vinculado, se nesse documento constar o(s) nome(s) do profissional(is) indicado(s) dentre o(s) responsável(is) técnico(s) da empresa; ou

a.3.2. Declaração de contratação futura do(s) profissional(is) para prestação de serviço, firmada pelas partes, ou contrato de prestação de serviços porventura já existente.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Os serviços compreendem a demolição completa de todo o calçamento existente no passeio, retirada e destinação correta de todo o material, execução de novo calçamento com plantio de grama e instalação de piso tátil, no passeio da face do terreno voltada para a Av. Gastão Vidigal e execução de manutenção do passeio localizado em frente a face do terreno voltada para a Rua Ponta Grossa, recompondo áreas danificadas, corte e plantio de grama.

4.2. Além do descrito no CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS – APÊNDICE A deste Termo de Referência, os serviços englobam as seguintes fases e descrições detalhadas:

4.2.1. Serviços Preliminares:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

- a) Delimitação, sinalização e proteção da área de intervenção da obra, impedindo a passagem de pedestres e protegendo o local de trabalho contra possíveis acidentes;
 - b) Elaboração e apresentação prévia do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002 e normas municipais vigentes, contemplando identificação, quantificação, classificação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados;
 - c) Recolhimento da ART do serviço;
 - d) Implantação de placa de obra com as dimensões de 1,60 x 1,00m, conforme exigência da Legislação;
 - e) Manutenção de engenheiro civil ou arquiteto habilitado para acompanhar a execução dos serviços, recolhimento de ART/RRT e preenchimento de Diário de Obras;
 - f) Execução de limpeza manual de vegetação existente no passeio da rua Ponta Grossa.
- 4.2.2. Demolição e Retiradas:**
- a) Demolição e retirada com destinação específica do material de todo o calçamento existente na Av. Gastão Vidigal.
- 4.2.3. Remoção e Destinação de Entulho:**
- a) Todo o material resultante da demolição e limpeza, considerado “entulho”, deverá ser retirado do terreno e depositado em local apropriado, em consonância com as leis e normas vigentes. A CONTRATADA será a total responsável pelo transporte e destino desses resíduos. O transporte será controlado pelo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).
- 4.2.4. Piso:**
- a) Execução de passeio em concreto armado com instalação de piso tátil direcional e piso tátil de alerta, em toda a frente do terreno com face para a Av. Gastão Vidigal;
 - b) Recomposição de calçamento de concreto armado danificado em toda a frente do terreno com face para a Rua Ponta Grossa.
- 4.2.5. Serviços Complementares:**



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

a) Plantio de grama do tipo Esmeralda ou São Carlos em todas as áreas indicadas em projeto.

4.2.6. Limpeza Final:

a) Entrega dos serviços totalmente acabados, com limpeza geral do local, eliminação de todos os entulhos e restos de madeira, pregos, tábuas, piquetes, formas, etc., numa distância de até 2m do entorno.

4.3. A empresa CONTRATADA deverá arcar, sem ônus para o MPF, com o custo do fornecimento de materiais de consumo necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em perfeitas condições de uso. Os materiais resultantes da demolição (concreto, entulhos) não serão reaproveitados.

4.4. O descarte de materiais, peças e componentes porventura substituídos ou resultantes da demolição será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, que deverá observar as determinações definidas pelos Órgãos Municipais para retirada, armazenamento e transporte do entulho, com a emissão obrigatória do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) via sistema estadual ou federal (SINIR).

4.5. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos e originais, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações.

4.6. A empresa CONTRATADA prestará os serviços nos locais indicados pela CONTRATANTE.

4.7. A empresa CONTRATADA responsabilizar-se-á por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em razão da execução do objeto da contratação, decorrentes de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo dos empregados da empresa CONTRATADA, arcando com todas as despesas necessárias, inclusive a substituição de peças/elementos, que se verificarem necessárias ao restabelecimento das condições originais. Nesta situação, todas as peças/elementos deverão ser originais e substituídas sem ônus para o MPF.

4.8. O valor da proposta contemplará o transporte vertical e horizontal de materiais, ferramentas e equipamentos relacionados com os serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

4.9. A empresa CONTRATADA cumprirá as normas de segurança constantes de disposições legais federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

de materiais inaceitáveis na execução dos serviços. Dar especial atenção às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1.1. O descarte de peças, acessórios, equipamentos, óleos lubrificantes, gases, combustíveis e baterias deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade conforme determina a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução nº 424, de 2010, no caso de baterias; a resolução CONAMA nº 503, de 14 de Dezembro de 2021, que trata do descarte legal de óleo lubrificante; e, de modo amplo, o Decreto nº 7.746/2012 e suas alterações (Decreto Nº 9.178/2017), Lei 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Guia Nacional de Licitações Sustentáveis do MPF, a Resolução CONAMA nº 307/2002 sobre gestão de resíduos da construção civil, e demais legislações ambientais pertinentes.

5.1.2. Os bens/materiais, quando aplicável, devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável.

5.1.3. As peças e itens aplicados devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens coletivas, com o menor volume possível, utilizando materiais reciclados ou reutilizados sem perder a garantia de um correto e seguro transporte.

5.1.4. Os materiais e peças empregados não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

5.1.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

5.1.6. Fornecer peças fabricadas em estrita observância aos requisitos ambientais para a obtenção de certificação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares.

5.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL

5.2.1. As empresas interessadas em participar da contratação deverão apresentar Declaração de Regularidade Social (declaração inclusa no Modelo de Proposta – APÊNDICE B deste Termo de Referência e/ou no Aviso de Contratação Direta), em que conste:



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

- a) Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate a discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe: a.1) a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e a.2) os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
- b) Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe: b.1) o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988; b.2) o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT); b.3) os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); b.4) a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990; e b.5) o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
- c) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.
- d) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 e no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.
- e) e) Quando possuir quadro de funcionários com cem ou mais empregados, contratar porcentagem de profissionais com necessidades especiais, conforme previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93.

5.3. SUBCONTRATAÇÃO – Será admitida a subcontratação parcial do objeto. As parcelas do objeto que poderão ser subcontratadas são os serviços de transporte, carga, descarga de entulhos e plantio de grama. A subcontratação dependerá de autorização prévia da CONTRATANTE. Em qualquer hipótese, a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual permanece.

5.4. GARANTIA DOS SERVIÇOS – De acordo com o Código Civil Brasileiro, a responsabilidade pela solidez e segurança da obra, desde que os defeitos sejam decorrentes de vícios ou defeitos de construção, é de 5 anos. Destacamentos de revestimentos, deslocamentos, segregação de concreto, retrações e fissuras, etc. deverão seguir os prazos de garantia estabelecidos conforme NBR 15.575 – Norma de Desempenho de Edificações.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

5.5. VISTORIA – OPCIONAL

5.5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços objeto desta contratação, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, ocasião na qual será firmada a declaração, conforme modelo constante do APÊNDICE C, DECLARAÇÃO DE VISTORIA, deste Termo de Referência, acompanhado por servidor designado para esse fim.

5.5.2. A vistoria deverá ser agendada com servidor da unidade CONTRATANTE – Procuradoria da República no Município de Maringá, pelo telefone 44 3221-5800 – Maringá/PR ou e-mail prpr-maringa@mpf.mp.br, e ser realizada das 13 h às 18 h.

5.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.5.4. As empresas interessadas têm o direito à vistoria prévia, porém, deverá decidir se arcará com o ônus de tal operação ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada.

5.5.5. A empresa interessada que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente, subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e nível de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou para solicitarem eventuais acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

5.5.6. Na fase de habilitação, independente da opção pela realização ou não da vistoria, será exigida da proponente a apresentação de declaração formal, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo do APÊNDICE B deste Termo de Referência – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O Contrato será acompanhado por comissão de fiscalização a ser designada, seguindo as determinações constantes de norma específica, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados para o fiel cumprimento do objeto.

6.2. Caberá ao fiscal observar se as obrigações assumidas pela beneficiária estão sendo cumpridas, bem como se estão sendo mantidas todas as condições de habilitação e de qualificação técnica exigidas.

6.3. Essa fiscalização não exime a beneficiária das responsabilidades oriundas de falhas e/ou omissões.

6.4. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

7. RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Em conformidade com o inciso I, do art. 140, da Lei nº 14.133/2021, executado o contratado, a CONTRATANTE receberá o objeto em duas etapas:

7.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em até 5 dias (cinco) dias corridos, a contar da entrega dos serviços, para efeito de posterior verificação do objeto conforme as especificações exigidas na contratação;

a) Se os materiais fornecidos e/ou serviços executados pela CONTRATADA não satisfizerem as condições exigidas, serão recusados pela fiscalização e deverão ser substituídos e/ou refeitos dentro do prazo de entrega fixado para a contratação.

7.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento provisório, para a verificação da adequação do objeto aos termos contratuais e consequente aceitação.

7.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato (art. 140 da Lei nº 14.133/2021).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

7.3. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.4. Em hipótese alguma serão aceitos os serviços em desacordo com as condições pactuadas, ficando, sob responsabilidade da CONTRATADA, o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo CONTRATANTE e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

8.1.2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;

8.1.3. Atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;

8.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos na contratação, após cumpridas todas as formalidades legais;

8.1.5. Manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a CONTRATADA, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos produtos entregues.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Emitir a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pela execução dos serviços.

a) Não será exigida a apresentação da ART específica do serviço, conforme Resolução CONFEA nº 1.025, de 30/10/2009, seção VI, art. 34 c/c art 35, nos casos



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

em que o valor da contratação se enquadrar na hipótese de recolhimento de ART múltipla.

8.2.2. Entregar à CONTRATANTE, junto com a fatura, relatório contendo: registro de todas as solicitações apresentadas neste instrumento, análise das condições gerais do serviço, incluindo Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), alvará de demolição aprovado e comprovantes de destinação de resíduos (MTRs);

8.2.3. Executar o serviço em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência, Caderno de Especificação e Encargos e em sua proposta;

8.2.4. Corrigir defeito apresentado no serviço que esteja desconforme com o estabelecido neste Termo de Referência, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da notificação de rejeição pela CONTRATADA;

8.2.5. Comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, caso fortuito ou de força maior, fato de terceiro, fato do príncipe ou fato da administração que, eventualmente, venha a prejudicar o adimplemento de suas obrigações, apresentando documentos comprobatórios em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não ser considerado para afastamento ou redução da responsabilidade civil e/ou administrativa;

8.2.6. Apresentar documento fiscal específico discriminando o serviço fornecido, com indicação de preços unitários e totais, destacar no campo descrição, o número da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento a que se refere, o valor de cada item fornecido, o domicílio bancário do fornecedor (número do banco, nome e número da agência e da conta-corrente) e os valores de retenção dos tributos, quando for o caso;

8.2.7. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da CONTRATANTE;

8.2.8. Manter os seus funcionários devidamente identificados quando em cumprimento do objeto deste Termo de Referência nas dependências do CONTRATANTE;

8.2.9. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

8.2.10. Solicitar em tempo hábil todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

8.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto dessa contratação, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

8.2.12. Não caucionar ou utilizar a contratação para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual;

8.2.13. Manter durante a execução da contratação todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram a sua contratação;

8.2.14. Cumprir ao longo de toda a execução do contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 e no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.15. Comunicar à CONTRATANTE toda e qualquer alteração relativa à CONTRATADA, inclusive razão social, endereço, telefone, e-mail, etc.;

8.2.16. Com fulcro no art. 5º e parágrafos, da Lei nº 11.419/2006, **manter atualizado e informar à CONTRATANTE endereço de e-mail eletrônico**, por meio do qual poderão ser realizadas as comunicações, intimações e notificações, devendo estar a CONTRATADA ciente dos prazos constantes na referida lei, bem como, estar ciente de que se sujeitará a remessa das respectivas manifestações por via eletrônica.

8.2.17. Além das atribuições relatadas acima, inclui-se na prestação de serviço:

- a) proibição de fornecer informações de caráter pessoal dos servidores do CONTRATANTE;
- b) cumprir determinações e normas estabelecidas para o bom andamento do serviço no âmbito das Unidades do MPF no Paraná.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Caso a CONTRATADA não cumpra as obrigações estabelecidas na proposta comercial aprovada pela Administração da PR/RR, poderá sujeitar-se às sanções previstas nesse documento, assim como as previstas nas Lei n.º 14.133/2021, Portaria PGR/MPU Nº 178/2023 e demais legislações pertinentes.

9.2. A inexecução, total ou parcial do serviço, poderá, garantida a prévia e ampla defesa, ensejar segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas no artigo 156, da Lei n.º 14.133/2021, com aplicação das seguintes sanções:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor contratado, pelo atraso no cumprimento dos prazos estipulados no presente instrumento, contados a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo até o dia do efetivo cumprimento da obrigação, limitada a 15% (quinze por cento).



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

a) Caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor.

9.2.3. Multa sancionatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ordem de fornecimento, na hipótese de inexecução total.

a) Poderá ser considerada a inexecução total o atraso injustificado superior a 30 dias.

9.2.4. Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, nos termos do Art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, na hipótese de reiteradas faltas, ou o cometimento de faltas contratuais graves, conforme a seguinte tabela:

INFRAÇÃO	PRAZO
Não manter as condições apresentadas na proposta	3 (três) meses
Atraso injustificado, superior a 30 (trinta) dias, no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenha acarretado prejuízo à Administração	3 (três) meses
Execução insatisfatória das obrigações assumidas na contratação no caso de a CONTRATADA ter sido sancionada anteriormente com multa e/ou advertência	3 (três) meses
Não conclusão do objeto contratado no prazo previsto	3 (três) meses
Ensejar o retardamento da execução do objeto contratado	3 (três) meses
Não substituição do serviço entregue em desacordo com as especificações, no prazo previsto ou concedido pela Administração	9 (nove) meses
Inexecução total do objeto contratado	16 (dezesseis) meses

9.2.5. Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, nos termos do Art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

a) Os efeitos persistirão enquanto durarem os motivos que deram causa à aplicação da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a Administração.

b) A reabilitação será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após o decurso de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

9.3. A penalidade de advertência poderá ser aplicada quando do cometimento da infração não caiba sanção mais gravosa, e na hipótese de falta leve, assim entendida aquela que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto nem comprometa prazos e/ou serviços.

9.4. A reincidência da CONTRATADA em infração sancionada com advertência implicará a aplicação de sanção mais grave.

9.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.6. A Guia de Recolhimento da União (GRU) deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada.

9.7. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, aplicada será descontado dos créditos que a CONTRATADA fizer jus, no âmbito da mesma contratação.

9.8. As multas imputadas à fornecedora cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei n.º 6.830/1980, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

9.9. A aplicação das penalidades acima descritas não prejudica a de outras a que a empresa esteja sujeita pelo não cumprimento das obrigações assumidas ou execução insatisfatória dos serviços de entrega e assistência técnica, nos termos previstos em lei.

9.10. As penalidades acima previstas só poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, devidamente justificados e comprovados, a juízo da CONTRATANTE.

9.11. A aplicação das sanções previstas no presente Termo de Referência observará os graus de competência que atribui o Regimento Interno Administrativo e o Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal.

9.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores correspondentes aos produtos/serviços efetivamente entregues, por meio de depósito na conta-corrente da CONTRATADA, através de ordem bancária emitida até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao ateste pelo setor competente pela fiscalização da contratação quanto ao recebimento definitivo do objeto.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

10.2. Para execução do pagamento, a fornecedora deverá emitir nota fiscal em nome da Procuradoria da República no Paraná, CNPJ nº 26.998.715/0023-18. Informar no corpo da nota:

- 10.2.1.** Nome da cidade da prestação dos serviços;
- 10.2.2.** Memória de cálculos das contribuições e tributos incidentes sobre a fatura;
- 10.2.3.** Valor líquido da fatura;
- 10.2.4.** Nº da nota de empenho;
- 10.2.5.** Dados bancários.

10.3. A comprovação do cadastro e habilitação parcial no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) dar-se-á mediante verificação da validade dos documentos necessários, por meio de consulta “on line” ao sistema, por ocasião da liquidação da despesa.

10.3.1. Quando vencidas no SICAF ou irregulares, será assegurado à CONTRATADA apresentar a documentação referente à regularidade junto à Seguridade Social (CND do INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS) e às Receitas Federal, Estadual e Municipal e à Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT), se já regularizadas e atualizadas.

10.4. O documento de cobrança deverá ser entregue por meio eletrônico, por meio do sistema de peticionamento eletrônico do MPF (link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), ou em caso de indisponibilidade do sistema, através dos e-mails descritos na sessão 1, ou em outro que o MPF/PR indicar.

10.5. O MPF/PR não se responsabilizará pelo atraso no pagamento, quando o documento de cobrança for entregue fora do local e/ou prazo estabelecido ou quando contiver alguma inconsistência que impossibilite o pronto pagamento.

10.6. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação, sendo ilícita a inclusão de qualquer atualização monetária ou incidência de juros em virtude de atraso provocado pela CONTRATADA.

10.7. Nenhum pagamento deverá ser efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta. Não haverá crédito à



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

CONTRATADA, igualmente, em virtude de penalidade a esta cominada ou em caso de inadimplência contratual sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.8. Caso a CONTRATADA seja optante pelo “SIMPLES NACIONAL” (Lei Complementar nº 123/2006), não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, por meio eletrônico, através do sistema de peticionamento eletrônico do MPF (link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>), ou em caso de indisponibilidade do sistema, por intermédio do e-mail através dos e-mails descritos no item 1.1

10.9. O Serviço de Pagamento também poderá verificar a situação do fornecedor por meio de consulta on line no SICAF, cujo resultado será impresso e juntado aos autos.

10.10. Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de deduzir do pagamento devido à CONTRATADA as importâncias correspondentes a multas, faltas ou débitos a que porventura, a empresa CONTRATADA, tiver dado causa. Não tendo nenhum valor a receber, as importâncias deverão ser recolhidas pela CONTRATADA. Caso contrário, os dados serão encaminhados à área competente para cobrança judicial.

10.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, em que:

- **EM** = encargos moratórios;
- **N** = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- **VP** = valor da parcela a ser paga;
- **I** = índice de atualização financeira, assim apurado:
 $I = TX / 365 = 0,06 / 365 = 0,0001643$.

10.12. Se o inadimplemento da obrigação for provocado pela CONTRATADA, por não cumprir as suas obrigações, o CONTRATANTE ficará desobrigado de promover a atualização monetária de que trata o item **anterior**.

10.13. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência e seus apêndices.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da contratação do objeto desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público Federal, constante do vigente orçamento geral da União, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

12.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural relativo ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

12.2. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou sigilosos, implicar-lhe-á dever de sigilo, assim como também para seus prepostos.

12.3. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações relacionadas ao exercício dos direitos dos titulares resultados na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

12.4. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no presente contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

12.5. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 07/04/2026.

12.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL – Será exigida garantia de execução do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual. A CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

12.7. Não serão aceitos materiais/serviços em divergência com a especificação informada na proposta de preços da empresa vencedora, salvo motivo relevante, devidamente justificado, desde que não enseje qualquer prejuízo aos cofres públicos ou à qualidade do objeto ofertado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

12.8. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Compras.gov e as especificações e descrições constantes neste Termo de Referência, prevalecerão estas últimas.

12.9. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. Para os casos de extinção contratual, aplicam-se as disposições dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.11. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.12. A CONTRATANTE divulgará a Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

12.13. Fica eleito o foro da Subseção Judiciária de Curitiba, da Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Curitiba, data da assinatura eletrônica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE A – CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES E ENCARGOS

(arquivo eletrônico disponível para download
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
e no Portal da Transparência do MPF:
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE B – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local, xx de xxxxx de 2026

Ao

Ministério Público Federal

Procuradoria República no Estado do Paraná

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

E-mail: _____ Telefone(s): _____

Dados Bancários:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Representante legal na assinatura do Contrato: _____

CPF: _____

1. OBJETO:

Prestação de serviços de demolição de calçamento existente, remoção e destinação adequada de entulhos, execução de calçamento, execução de recomposição de calçamento danificado em ruas ao redor do terreno de posse do Ministério Público da União em Maringá/PR, unidade jurisdicionada da Procuradoria da República no Estado do Paraná, conforme os termos expressos no Termo de Referência – Anexo I (incluso seu Apêndice A – Caderno de Especificações e Encargos) do **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026**.

2. DECLARAÇÕES:

2.1. Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos a todas as condições contidas no Termo de Referência, bem como verificamos todas as especificações nele contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2.2. Declaramos que o(s) preço(s) apresentado(s) nesta proposta compreendem a integralidade dos custos necessários para a execução do objeto da contratação, bem como todos os materiais, equipamentos, impostos, encargos (trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc.), taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado constante da proposta.

2.3. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS – Declaramos que estamos familiarizados com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto, tendo ainda pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros.

2.4. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 172/2017 – Declaramos, nos termos da RESOLUÇÃO nº 39/2009 alterada pela Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação junto ao Ministério Público Federal, que:

OU (caso não possua, assinale o item abaixo; e, exclua o item seguinte)

() O quadro societário desta empresa não possui cônjuge(s), companheiro(s) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou ainda de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, consoante Resolução nº 172/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

OU (caso possua, exclua a alternativa anterior; assinale o item abaixo e informe os dados requisitados)

() O quadro societário desta empresa possui, cônjuge(s), companheiros(as) ou parente(s) em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do Membro/Servidor: _____

Cargo: _____



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Órgão _____

de

Lotação: _____

Grau de Parentesco: _____

2.5. DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE – Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins, que a proponente atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 6º da referida instrução.

2.6. DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL – Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins:

- Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe: a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e, os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

- Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe: o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988; o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT); os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA); a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990; Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

- Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 e no art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. Declaramos que a empresa se enquadra como ME/EPP, estando apta à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao artigo 48, inciso I, c/c o artigo 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123/2006.

2.8. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO ULTRAPASSA A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Declaramos, sob as penas da lei, para todos os fins, que a proponente, no ano-calendário de realização da presente contratação direta, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. O PRAZO DE VALIDADE da PROPOSTA de preços é de ____ (mínimo 60 dias)____ corridos, contados da data de abertura da licitação.

3.2. PRAZO DE EXECUÇÃO será de, no máximo, **30 (trinta) dias** a partir da data indicada em ORDEM DE SERVIÇO emitida pela CONTRATANTE e encaminhada ao e-mail indicado nesta proposta.

3.3. Apresentamos nossa Proposta de Preços para o seguinte ITEM e respectivo valor total, considerado, ainda, as planilhas de custos e formação de preços que seguem anexas a esta proposta:

ITEM 1				
Local de Execução dos serviços: Faixa de passeio do imóvel público em Maringá/PR, situado na esquina das ruas Ponta Grossa e Av. Gastão Vidigal, Tel. (44) 3221-5800 prpr-maringa@mpf.mp.br Tel. (41) 3219-8917 prpr-dea@mpf.mp.br				
SUB-ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.1	Prestação de serviços de demolição de calçamento existente, remoção e destinação adequada de entulhos, execução de calçamento, execução de recomposição de calçamento danificado em ruas ao redor do terreno de posse do Ministério Público da União em Maringá/PR.	1		
VALOR TOTAL =>				

<cidade>, <dia> de <mês> de 2026.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

Nome e Assinatura de responsável legal



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

**APÊNDICE C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS
CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DOS SERVIÇOS**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por
intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). _____,
portador da identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins,
estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas
necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto do AVISO DE CONTRATAÇÃO
DIRETA Nº 200053-17/2026 e seus anexos.

Declara ainda que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza
dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para
quaisquer questionamentos futuros.

Curitiba-PR, ____ de ____ de 2025.

(Nome completo do responsável ou preposto)

Assinatura



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A DIVISÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA declara que a empresa _____ CNPJ _____, através do seu Representante Legal, _____, CPF _____, compareceu a esta Divisão e verificou o objeto do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026, tomando conhecimento das características dos materiais e condições ambientais do objeto a ser executado.

Curitiba, ____ de ____ de 2025.

Assinatura do Representante da
Procuradoria da República no Município de Maringá

Declaro ter realizado a vistoria, para participação no Pregão Eletrônico, ocasião em que me foram prestadas todas as informações solicitadas, estando ciente das condições e características do objeto a ser executado, conforme especificações constantes do AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 200053-17/2026 e seus anexos.

Representante da Empresa



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ**

APÊNDICE E – ORÇAMENTO

(arquivo eletrônico disponível para download
no sítio do Sistema Compras.gov: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
e no Portal da Transparência do MPF:
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>)